

**PADRES BUROCRATAS DE DEUS, DOCENTES DO ESTADO: O REINO E A
GLÓRIA DE GIORGIO AGAMBEN**

**GOD'S BUREAUCRAT PRIEST, TEACHERS OF THE STATE: THE KINGDOM
AND GLORY OF GIORGIO AGAMBEN**

Rodrigo Diaz de Vivar y Soler¹
Celso Kraemer²
Rafael Araldi Vaz³
Camila Gabriela Pollnow⁴

RESUMO

Este artigo procura pensar uma possível articulação entre a arqueologia da glória pensado por Agamben em seu projeto longitudinal de constituição histórica do *Homo Sacer*, com a atuação da biopolítica implícita na burocratização dos processos educacionais que pesam sobre o atual contexto escolar. Valendo-nos da problematização do dispositivo da glória como máquina bipolar de gerenciamento estratégico, perguntamo-nos, por um lado, acerca das condições de possibilidades para uma emergência do messianismo e, por outro lado, das resistências ao burocratismo na escola enquanto práticas de insurreição e de desativação dos dispositivos de poder. O primeiro momento do texto é dedicado a procurar compreender as relações entre o método arqueológico de Agamben e a evocação burocrática da trindade como dispositivo de captura e de governamentalidade. O segundo momento dedica-se à relação entre messianismo e fim dos tempos a partir da ideia do *homo sacer* e das propaladas inovações pedagógicas do empreendedorismo,

¹Doutor em Filosofia pela UNISINOS. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática, Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Educação e Professor do Departamento de Psicologia da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). Blumenau. Santa Catarina. Brasil. E-mail: rsoler@furb.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7286-3129>.

²Doutor em Filosofia pela PUC/SP. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). Blumenau. Santa Catarina. Brasil. E-mail: celsok@furb.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2406-9638>.

³Doutor em História pela UFSC. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIPLAC. Lages. Santa Catarina. Brasil. E-mail: araldivaz@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1617-4761>.

⁴Mestranda em Educação pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). Blumenau. Santa Catarina. Brasil. E-mail: cpollnow@furb.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7934-357X>.

nas investidas antiburocráticas na educação como quadro performático da vida insurrecional. Nossas considerações finais são dedicadas a explorar os possíveis tensionamentos e as desativações dos dispositivos de poder e de governamentalidade nas reflexões propostas por Agamben, com uma visada sobre o burocratismo e o empreendedorismo nas pedagogias escolares.

Palavras-chave: Giorgio Agamben; Homo sacer; burocracia; pedagogia escolar.

ABSTRACT

This paper seeks to think about a possible articulation between the archeology of glory thought by Agamben in his longitudinal project of the historical constitution of Homo Sacer, with the action of biopolitics implicit in the bureaucratization of educational processes that weigh on the current school context. Making use of the problematization of the device of glory as a bipolar machine of strategic management, we ask ourselves, on the one hand, about the conditions of possibilities for an emergence of messianism and, on the other hand, the resistance to bureaucratism in the school as practices of insurrection and deactivation of power devices. The first moment of the text is dedicated to trying to understand the relations between Agamben's archaeological method and the bureaucratic evocation of the trinity as a device of capture and governmentality. The second moment is dedicated to the relationship between messianism and the end of times from the idea of homo sacer and the propagated pedagogical innovations of entrepreneurship, in the anti-bureaucratic attacks on education as a performative framework of insurrectionary life. Our final considerations are dedicated to exploring the possible tensions and deactivations of power and governmentality devices in the reflections proposed by Agamben, with a view to bureaucratism and entrepreneurship in school pedagogies.

Key words: Giorgio Agamben; Homo sacer; bureaucracy; school pedagogy.

Artigo recebido em: 30/07/2023

Artigo aprovado em: 07/11/2023

Artigo publicado em: 10/11/2023

A burocracia é um sistema desenvolvido para dar racionalidade, objetividade e eficiência à gestão de processos entre o privado e o público, um mecanismo para evitar o casuismo e se opor ao modo despótico da relação. Mas hoje, contraditoriamente, vivemos a experiência do despotismo dos sistemas burocráticos, insensíveis a questões como equidade, diversidade e singularidade (Celso Kraemer, 2023).

É preciso que façamos deste tema algo tão nacional e fundamental para a presença histórica do Brasil no mundo no próximo milênio que inquietemos a bem comportada e insensível consciência dos burocratas ensopados, dos pés à cabeça, de idéias (sic) coloniais, até quando se dizem modernizantes (Paulo Freire, 1997, p. 33).

Não esmagará a cana quebrada, nem apagará o pavio que fumeja; com fidelidade, promulgará o direito. (Isaiás 42:3).

Não esmagará a cana rachada, nem apagará o pavio que fumeja, até que faça vencer a justiça. (Mateus 12:20).

1 INTRODUÇÃO

Esse artigo, a partir do procedimento arqueológico empreendido por Giorgio Agamben, em seu projeto longitudinal de uma moldura em torno da figura do homo sacer⁵ e da figura da burocracia divina, procura pensar as condições de possibilidade de institucionalização das burocracias escolares e reações possíveis no messianismo e inovações pedagógicas. No limiar dessa correlação percebe-se a constituição da glória como dispositivo litúrgico das práticas de poder, tanto no campo religioso quanto no campo educacional, presentes nas máquinas de governamentalidades (BARTOLOMÉ RUIZ, 2014).

A operação metodológica e histórica promovida por Agamben pode indicar as possibilidades para se compreender a formação, na nossa sociedade, de uma multiplicidade de máquinas cuja função fundamental seria instituir um pleno governo dos homens. Tal perspectiva leva-nos a perceber as razões pelas quais Agamben (2002)

⁵Devemos destacar que o projeto de construção de uma história política do *homo sacer* percorre muitas possibilidades de análise. Nosso objeto não é, portanto, proceder uma hermenêutica em torno de tal projeto, situando seus sentidos e os significados, ou mesmo descrever os contornos da sua emergência nos campos da filosofia e do direito. Em linhas gerais, pretendemos operar um diálogo crítico com alguns trabalhos de Agamben, no sentido de nos perguntarmos sobre as inscrições contemporâneas de certas práticas, como a burocracia e seus efeitos em termos de instituições como as teologias e as escolas.

pretende analisar os motivos pelos quais tal governo das condutas se converte, a partir da crise das democracias ocidentais, em paradigma biopolítico da sacralização do extermínio de corpos e/ou de singularidades pela objetivação dos indivíduos nos padrões burocráticos, calcados nos interstícios do poder soberano e da vida nua.

Pensar os contornos da problemática de uma arqueologia da glória implica, necessariamente, não uma positivação da teologia e sua subsequente inscrição na secularização do Estado moderno, mas situar nos seus relevos, as razões pelas quais a constituição de uma oikonomia cristã articula-se perfeitamente ao giro sistemático da bipolaridade governamental e suas formas de exceção (MILOVIC, 2009). Isto é, o diagnóstico promovido por Agamben acaba por expor os modos do quadro litúrgico eficaz, em que o poder não pode (re)existir sem que a glória se faça presente. Entretanto, a presença da glória, em consonância com os dispositivos de sacralidade de rituais impessoais, objetivados pela burocracia, atuam sobre à vida nua, a carne mais volátil e barata do capitalismo. A sacralidade do poder é presença nas instituições do cotidiano da população, na forma de ritual performático em que se produz os corpos adequados a padrões burocráticos ou se incentiva à morte os indivíduos que serão sacrificadas pela sustentação institucional da máquina bipolar e capitalística⁶.

Desse modo, o estudo arqueológico sobre a glória e suas formas litúrgicas, correlativo ao problema da conduta dos sujeitos e o exercício do poder soberano, pode-nos favorecer a construção de um aprofundamento e uma complexificação das relações entre a filosofia, as humanidades, a política e a própria educação na nossa contemporaneidade. Tal procedimento implica a capacidade de nos desembaraçarmos de certas categorias teóricas do século XIX para uma leitura do século XXI.

⁶ Optamos por empregar a expressão “capitalística” ao invés de capitalista, por nos vincularmos diretamente a ideia formulada por Guattari de que as sociedades do final do século XX passariam por um processo de reestruturação não somente econômica, mas também da ordem dos processos de subjetivação. Para Guattari não existe mais como falarmos em uma oposição sistemática entre capitalismo e socialismo. O olhar agora deve recair sobre os elementos de multiplicidades de dispositivos de captura sobre a vida em que os elementos da governamentalidade passam a se inscrever nos nossos próprios corpos e subjetivações. Ver mais detalhes em: Guattari e Rolnik (2013).

De fato, segundo Foucault (2014), o poder não é uma substância, mas um exercício sistemático e contínuo de múltiplas estratégias. Entretanto, é preciso atentar para o fato de que o caráter fundamental de tal exercício é sempre composto pelos atos litúrgicos. Em suma, o problema consiste, conforme Agamben (2011), em nos perguntarmos: por que o poder é análogo à glória?

Chegaríamos, portanto, ao limiar de um encontro possível entre a teologia, a política e a educação, para deflagrar um confronto possível, para inscrevermos as possíveis práticas de insurreição do homo sacer a contrapelo ao poder soberano.

O presente artigo possui, na sua estrutura longitudinal, dois momentos. O primeiro é dedicado a explorar as bases da arqueologia agambeniana em torno da noção de glória e sua evocação para a presença do poder constituinte das governamentalidades a partir do problema da Santíssima Trindade. O segundo momento é dedicado a explorar os tensionamentos da liturgia do poder em compasso com a sistematização das alegorias do homo sacer, a partir da noção de uma resistência messiânica e da burocratização dos processos escolares de educação. Nossas considerações finais são dedicadas a explorar os possíveis efeitos das resistências aos paradigmas da vida nua a partir do tempo que resta ao homo sacer, no âmbito dos processos educacionais contemporâneos.

Neste sentido, é correto afirmarmos que a relação entre a glória e a burocratização dos processos educativos passa por uma problematização do nosso tempo presente a partir das consequências desdobradas perante: a) a função social de uma escola, na qual os estudantes tornam-se peças de uma engenharia social voltada para o cumprimento de normas e de regulamentos; b) uma sistematização da pedagogia que reduz todas as potencialidades dos alunos nos seus instrumentos avaliativos e de aprendizagem.

2 O MÉTODO ARQUEOLÓGICO NA EVOCAÇÃO BUROCRÁTICA DA SANTÍSSIMA TRINDADE: A GLÓRIA E A MÁQUINA BIPOLAR DE GOVERNO

O Reino e a Glória (AGAMBEN, 2011) é um livro situado no limiar entre O Que Resta de Auschwitz (AGAMBEN, 2008) e O Estado de Exceção (AGAMBEN, 2004). É logo nas primeiras páginas que se observa o objetivo geral de Agamben, no caso:

Uma das teses que procurará demonstrar é que da teologia cristã derivam dois paradigmas políticos em sentido amplo, antinômicos, porém funcionalmente conexos: a teologia política, que fundamenta no único Deus a transcendência do poder soberano, e a teologia econômica, que substitui aquela da ideia de uma *oikonomia*, concebida como uma ordem imanente – doméstica e não política em sentido estrito – tanto da vida divina quanto da vida humana. Do primeiro paradigma derivam a filosofia política e a teoria moderna da soberania; do segundo, a biopolítica moderna até o atual triunfo da economia e do governo sobre qualquer outro aspecto da vida social (AGAMBEN, 2011, p. 14).

Muito embora a composição de um paradigma político esteja regulamentado pelas influências da teologia política na soberania, a ideia de um único Deus se converte na produção de uma doutrina econômica cujo regime de governo – tanto da existência divina, quanto da existência humana – reverbera suas práticas no contexto de consolidação das estratégias biopolíticas no mundo contemporâneo.

Evidentemente que tal diagnóstico é levado a cabo a partir de um horizonte sistemático e genealógico, objeto longitudinal e explícito em O Reino e a Glória (AGAMBEN, 2011). Mas, correlativo a tal olhar, encontramos os limiares de uma investigação arqueológica em torno da experiência da glória, elucidando, simultaneamente, as condições de possibilidades para a evocação da santíssima trindade, e a constituição da máquina bipolar de governo. Isto é, a prerrogativa que de que tanto a soberania, quanto a teologia política constitui as bases dos programas de governamentalidades. Acerca de tal condição nos esclarece Novais que

A admissão das pessoas do Pai, do Filho e do Espírito Santo no âmbito de uma religião monoteísta dependeu do desenvolvimento de uma doutrina que preservasse e conciliasse a unidade da substância com a pluralidade do que ficou reconhecido como modos de ser, ou “hipóstases” da divindade. A teologia da trindade se desenvolveu no âmbito da afirmação da igreja contra o paganismo, o politeísmo, a negação da divindade de Cristo pelos monarquianistas ou do Espírito Santo pelos pneumáticos, etc. Dentre tantas controvérsias, a doutrina da trindade surge como um símbolo de fé assentado no reconhecimento da unidade de Deus e das três hipóstases divinas: o Pai, o Filho e o Espírito Santo (NOVAIS, 2016, p. 140-141).

O fundamento de tal investigação arqueológica consiste no retorno ao sentido originário da glória. Agamben (2011), percorre, como possibilidades de leitura, o desenrolar da *oikonomia* para o cristianismo, buscando compreender a formação de sistemas burocráticos, no cenário de uma possível filosofia política. Trata-se de uma busca que vai além das categorias jurídicas, como o contratualismo e/ou mesmo das superestruturas, convencionadas nos séculos XVII, XVIII e XIX como leitura da realidade.

Agamben (2011) direciona seu olhar para os elementos embrionários da relação entre a teologia econômica e a máquina governamental como paradigmas da biopolítica. Nesse sentido, seu problema consiste em investigar os motivos pelos quais somos governados por uma teologia política, tanto quanto por um Estado democrático de direito. Entretanto, o caminho percorrido pela noção de glória sugere pensar que, entre a teologia e a política, nós sempre escolhemos a primeira opção. *Como somos bons cristãos, independentemente da ideologia*, optamos por sempre estarmos mais do lado do despotismo da *oikos*, do que da pluralidade democrática da *polis*. Emerge, em tal cenário, a virada argumentativa do método arqueológico proposto por Agamben (2011). Ele não se baseia na concepção de um jogo entre a democracia e a cidadania, mas nas regras delimitadas por uma espécie de teologia política da vida, regramentos que resultam em uma vida burocratizada, claramente visíveis em instituições contemporâneas como a escola.

O fato de Agamben (2011) promover uma revisitação de tal problema não corresponde à adoção de um discurso apologista sobre o valor da religião na contemporaneidade (AGAMBEN, 2007)⁷. O procedimento proposto por ele compreende uma espécie de (re)visitação à história, no sentido de situar uma necessária problematização das categorias conceituais, as quais todos dispomos para analisar a precipitação das crises das democracias ocidentais no século XXI. Nesse caso, sua tarefa arqueológica se converte na elaboração de uma crítica frente à precariedade dos Estados democráticos que, aos menores sinais de ameaças, recorrem à liturgia dos aparelhos burocráticos, mas estruturando a exceção como regra.

Emerge, com tal perspectiva, uma espécie de diálogo refinado, promovido por Agamben (2011), em torno da concepção de teologia política na relação entre o reino e a glória proposto por Carl Schmitt cuja concepção se efetiva pela presença, no mundo moderno da *oikonomia* a partir do seguinte questionamento: *quais fatores impedem o advento do reino cristão e o fim dos tempos?* A estruturação de tal questionamento fundamenta-se em dois paradigmas: o paradigma da biopolítica e o paradigma da *oikonomia*. Enquanto o primeiro paradigma se justifica pela presença do império, o segundo justifica-se pela presença maquínica da burocracia trinitária como efeito de um regime de verdade⁸.

⁷ É interessante observarmos o modo pelo qual Agamben (2007), no ensaio *Elogio da Profanação*, estabelece um novo sentido linguístico para o termo latino *religio*, cujas condições de possibilidades não se referem ao *religare*, isto é, o processo que articula os elementos do sagrado na relação entre humanos e deuses. Para Agamben (2007) tal termo deve ser lido à luz do *relegere*, o que demarca, pois, os procedimentos de cuidado para o respeito da separação entre as coisas humanas e as coisas divinas. Ver mais detalhes em: Agamben, 2007.

⁸ É interessante observar o modo pelo qual Agamben situa a burocracia celestial, funcionando como um espelho da burocracia política dos humanos. Trata-se de um procedimento de fundamental relevância para situar, nos seus múltiplos contornos de análise, os modos pelos quais a inspiração da máquina bipolar de governo é constituída a partir dos elementos da teologia política. Percebe-se como tal problemática pode ser lida a partir do diálogo entre a filosofia e o cinema, por exemplo. No filme *The Exorcist III* dirigido por William Peter Blatty, ocorre uma leitura da máquina burocrática celestial, em que se assiste a um conjunto de indivíduos que aguardam na alfândega de uma estação de trem – representada pela figura do umbral – sua ida ao céu. Enquanto os anjos preenchem documentos e passaportes, os mortos se queixam por terem de aguardar em uma espera infinita e totalmente alheia

A chave para tal compreensão passa pela análise das condições de possibilidades pelas quais fundamenta-se, na cultura ocidental, a visão monoteísta da relação heterodoxa e complexa da máquina burocrática governada pela ausência do absoluto, no caso, uma figura unitária e ao mesmo tempo trinitária. Esse efeito recai sobre a dupla condição paradoxal da economia política: como um pode, ao mesmo tempo, ser três e, ainda, não ocupar um trono que se encontra vazio, mas que necessita da glória para continuar a subsistir. O fato é que, segundo Agamben (2011), a monarquia divina incide sobre tal condição a experiência, na qual cabe aos anjos assegurar, por meio da burocracia, a continuidade e a presença de uma máquina bipolar de poder que sempre gira no mais absoluto vazio.

Segundo Serejo (2018), o fundamento da analítica agambeniana em torno da experiência burocrática de governo gira em torno das condições de possibilidades dos conceitos de governo e de *oikonomia* a partir das possíveis articulações com os pressupostos (bio)políticos e econômicos dos dispositivos burocráticos na nossa atualidade.

Nesse sentido, emerge um novo problema para a teologia política e, tal problemática se circunscreve ao papel da Santíssima Trindade. O ponto em questão é delimitado pela necessidade de se desenvolver um regime de discursividade acerca de uma constituição biopolítica, na qual o fim dos tempos é sempre retardado pela burocracia. Esse emblema recai sobre o papel da relação entre as instituições, os regimes de governamentalidade e a liturgia da máquina bipolar. Ou seja, trata-se de recorrer ao mistério das formas econômicas da existência como retardo do acontecimento para um fim que deve ser evitado a todo custo. Na esteira desse debate, Agamben (2011) situa a possibilidade de situarmos os modos pelos quais tal máquina pode ser desativada a partir de outras possibilidades de resistências.

ao tempo. Ao mesmo tempo, músicos celestiais tratam de entreter os mortos durante sua espera, e alguns desses indivíduos reclamam da ausência de comunicação com o mundo dos vivos.

3 MESSIANISMO, EMPREENDEDORISMO PEDAGÓGICO E FIM DOS TEMPOS: O *HOMO SACER* E UM TEMPO QUE RESTA

Sem sombra de dúvida, o projeto de constituição histórica do *homo sacer* passa, necessariamente, pela compreensão da biopolítica como uma estratégia que marca os desafios da nossa contemporaneidade. Tomando o dispositivo da glória como objeto de análise Agamben (2011) procura mostrar como, na modernidade, os paradigmas das leis e das normas não conduzem as sociedades ocidentais à convergência do espaço democrático da pólis, mas à produção de formas autoritárias de vida, permeadas pelo estado de exceção, revestida com processos burocráticos.

Em suma, o problema consiste em questionar se o paradigma orquestrado pela biopolítica opera a continuidade dos elementos de governança operados por uma máquina bipolar. Ocorre que, desdobrada nessa análise, encontra-se um projeto correlativo presente em *O Reino e a Glória*, qual seja, a condição de inoperosidade dos dispositivos do poder entrelaçada ao contexto da própria figura do *homo sacer*. Em linhas gerais, trata-se de inaugurar um outro olhar sobre a teologia política, principalmente no que se refere à interpretação promovida por Agamben (2016) em torno das epístolas paulinas. Tal constatação propõe-se a pergunta, *quanto tempo resta ao homo sacer?* A elaboração de tal questionamento vislumbra os efeitos qualitativos da relação entre os processos de subjetivação e o próprio tempo. Agamben (2016) se interessa em pressupor, nas leituras promovidas por Paulo a situação de uma curvatura ética da situação messiânica de um tempo do agora.⁹ Este tempo messiânico se tenciona com a governamentalidade burocrática que se constituiu como máquina

⁹ A problemática do tempo é um assunto presente em várias correntes do pensamento filosófico e da teologia. Em linhas gerais, os filósofos e teólogos ocupam-se em pensar as dimensões de uma estruturação do tempo a partir das suas dimensões ontológicas, escatológicas e metafísicas. Agamben encontra-se vinculado a essas perspectivas, mas procede uma dobra ao procurar ler a relação entre tempo e história sob a ótica benjaminiana do *kairós*, isto é, de uma dimensão qualitativa que procura ler as relações entre as subjetivações e o tempo a partir dos momentos oportunos presentes nas relações históricas e sociais.

da teologia política e depois se desdobrou nas máquinas políticas secularizadas da biopolítica.

A igreja católica, altamente ritualiza, é uma instituição cujo funcionamento maquínico está subjugado a processos burocráticos de elevada hierarquia e impessoalidade. Cada gesto ou comando não depende da pessoa o executa, mas da função dentro da hierarquia. No dizer de Darcy Ribeiro, “O ruim de uma religião é quando os padres todos se tornaram burocratas de Deus, estão ali, obrigando a cumprir as regras” (1995).

Outra instituição que está assegurada em seu funcionamento enquanto máquina burocrática é a escola, no modo como a experimentamos atualmente. Ela se assenta na “centralização burocrática que caracteriza a administração do estado” (LAVAL, 2004, p. XV), portanto “na construção das burocracias religiosas e políticas” (LAVAL, 2004, p. 5) que foram se disseminando no ocidente como modelos de eficiência, alavancado a constituição biopolítica de nossa modernidade.

Conforme argumentam Sousa e Veronese (2016), a suposta estruturação do ordenamento burocrático pressupõe que, quanto maior for o controle sobre os corpos e subjetivações, maior será o êxito da burocracia escolar. Os fluxos de gestão escolar, nesse operam os contornos de um mecanicismo sistemático das relações humanas presentes nas escolas.

Em seu desenvolvimento, sobretudo nos dois últimos séculos, a educação praticada pela escola foi deixando-se “aprisionar na estreiteza burocrática de procedimentos escolarizantes” (FREIRE, 1993, p. 28), em que os professores são submetidos, como meros funcionários, “insensatez e da brutalidade dos burocratas, de sua cegueira sectária, de sua recusa à vida” (FREIRE, 2022, p. 56). As formas biopolíticas de governo burocrático tem efeitos que perduram ao longo das biografias, pois sua principal consequência é a “*burocratização mental*, que nos aliena e nos domestica, fazendo-nos girar em torno de nossa verdade, a que nos escravizamos” (FREIRE, 2022, p. 112; *itálico no original*). A submissão da vida aos mecanismos

burocráticos, a escravização da inteligência às rotinas de um poder maquínico, impessoal, cruel, muitas vezes travestido de um discurso empreendedor ou de inovação, mas não suplantando a “poderosa racionalidade administrativa e burocrática” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 2), o neoliberalismo se dissemina na formação discursiva que configura nossas relações com o mundo.

Trata-se de um processo complexo, em que o presente assume a característica de um tempo qualitativo, que promete vencer a miserabilização da vida nua, mas parece nos atolar ainda mais nas condições do *homo sacer*. Esse resto qualitativo do tempo tem a ver com os dejetos e as vidas nuas (BARBOSA, 2012), isto é, a condição de inoperosidade do poder de destituição da aura por parte daqueles que triunfarão. Tal triunfo deve ser objeto de análise por meio de uma expectativa que tensiona as experiências promovidas pelas insurreições promovidas pelo *homo sacer* na contemporaneidade.

Segundo tal perspectiva, existe um hiato como fundamento ético para as lutas transversais promovidas contra as formas, ou melhor, contra os excessos promovidos pelo poder. O problema consiste em perceber nessa relação, não uma tentativa por parte de Agamben (2017) de inserir o cristianismo no cenário das lutas políticas, mas talvez perceber os modos pelos quais populações marginalizadas e sufocadas pela biopolítica desenvolvem o próprio embaraço e os impasses nos quais se encontram as dinâmicas da biopolítica e da própria governamentalidade do mundo moderno. Em linhas gerais, o *homo sacer* não seria o emblema para profanação da própria angeologia e hierarquia do poder? Se os anjos existem para justificar a própria governança da glória, os movimentos insurrecionais não seriam inoperosidade de tal paradigma?

Emerge nessas duas problematizações o efeito de uma palavra fundamental para entendermos as relações entre o *homo sacer* e o efeito qualitativo do tempo, no caso, a noção de desativação. Tal noção é proveniente de toda uma discussão promovida por Agamben (2015) em torno da relação entre potência e ato. Para

Agamben o contexto artificial de uma vida nua promovido pela biopolítica consagra

as condições de matabilidade do *homo sacer* inscrevendo em seu corpo a abjeta relação entre o poder soberano e as formas de exceção.

Entretanto, a dobra da desativação pensada por Agamben (2016) situa tal problemática a partir dos efeitos e dos usos das formas-de-vida contra os dispositivos. Insistimos na tese de que tal procedimento promovido por Agamben em nada lembra uma espécie de teologização da política por meio de uma exegese da espiritualidade e/ou dogmática cristã.

A nosso ver Agamben desenvolve com o cristianismo uma estranha, mas ao mesmo tempo, importante apropriação antropofágica, desativando toda a dimensão do dispositivo da glória, com base nas próprias experiências do messianismo e do uso como modo de vida. Nesse caso, dentro das próprias práticas e subjetivações transgressoras do cristianismo, nós poderíamos situar os efeitos e as capilaridades de lutas políticas do nosso tempo presente.

O tempo que resta ganha um sentido radicalmente inovador para o campo das experiências éticas e dos próprios processos de subversão contra as formas de autoridades. Os acontecimentos desse tempo presente nos levam a pensar, por exemplo, a capacidade de desativação de uma vida que não mais se arrasta na sua própria subsistência, mas manifesta a potência de um existir, situado no confronto direito contra as arbitrariedades do estado de exceção.

É nesse contexto que o messianismo do tempo presente não requer mais a volta de um Messias, ou um Eldorado de uma terra prometida, mas a desativação dos próprios modos de subjetivação que precarizam a vida, dobrando-a ante à vontade do capital e suas formas de governamentalidade.

Trata-se, nesse caso, de um messianismo que quer fazer-se ouvir em meio aos espaços de indiscernibilidade, ali onde o poder é sufocado pelos sistemas e dispositivos de uso. No embrião dessa clareira aberta entre a biopolítica e o estado de exceção é que encontraremos os elementos de uma nova política e, ao mesmo tempo, de uma ética dos modos-de-vida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM MESSIANISMO SEM A COROA DE ESPINHOS...

Ao privilegiar a analítica arqueológica em torno da glória em compasso ao tempo que resta para o homo sacer, Agamben, em suas experiências filosóficas e políticas, estabelece uma conexão crítica entre diversas formas de governamentalidade pelas quais somos assujeitados. Ao adentrar no campo da burocracia celeste, indica os modos pelos quais toda oikonomia torna-se não somente justificável quanto aos seus conceitos, mas aos seus usos pela sociedade ocidental. Com isto Agamben expõe o problema do governo dos sujeitos e do mundo enquanto característica central para a liturgia patética e miserável das instituições jurídicas, políticas e pedagógicas. Tal liturgia é responsável pelo sufocamento da vida, limitando os processos burocráticos das instituições a alimentar os corpos e os próprios pensamentos apenas para a subsistência da própria burocracia.

A perspectiva genealógica é a condição por excelência para a análise crítica que permite ler os dispositivos de controle da biopolítica a contrapelo, perguntando não mais em torno da espera inquieta pela resolução utópica das convulsões sociais, ou ainda pela organização do mistério da economia, mas pela efetivação de um sentido originário para um messianismo da política e não mais da Igreja ou de qualquer instituição.

Em *A Última Tentação de Cristo* (KAZANTZAKIS, 1960) o improvável encontro entre um engajado Paulo de Tarso e Jesus registra como esse último acusa tal pregador de espalhar mentiras e fábulas inúteis e falsas a respeito da sua biografia.

Nunca foi crucificado, nunca ressuscitei. Sou um homem igual a todos os outros” vocifera Jesus. **Ao que Paulo responde (grifo nosso):** Olhe ao redor e veja como as pessoas estão sofrendo. Sua única esperança é o Jesus ressuscitado. Eu criei a verdade naquilo que o povo precisava e acreditava. Se tiver que crucificar para salvar o mundo eu o farei. E se tiver de te ressuscitar eu o farei (KAZANTZAKIS, 1960, p. 280).

A experiência de tal diálogo converge para pensarmos, os modos pelos quais a própria filosofia do pensamento agambeniano ventila a porosidade de um messianismo à revelia da institucionalização burocrática da própria política, como também a sublevação de uma vida que se quer revolucionária agora e não em uma outra vida.

Mas as investigações de Agamben abrem horizontes bem mais amplos em nosso contemporâneo, como a burocratização da vida, da religião, da educação. Neste domínio, as investidas do neoliberalismo, com as profecias da inovação, empreendedorismo, metodologias ativas, descentralização, “não fazem crescer em nada a democracia, que permanece uma palavra frequentemente desconhecida no ‘campo de batalha’” (LAVAL, 2004, p. 160; aspas no original).

Nas práticas escolares, malgrado todo um discurso de inovação, de emancipação dos estudantes que escolhem seus percursos formativos, no fundo, “o novo poder se enrijece em ‘burocracia’ dominadora” (FREIRE, 1987, p. 44; aspas no original). Semelhante ao discurso inovador na educação, o messianismo também parece uma roupagem a encobrir os cruéis processos de dominação da vida nua, neste tempo que ainda resta ao *nomos* sacer.

Nesses termos segundo as reflexões de Soligo e Soligo (2016) os fluxos molares e moleculares da relação entre a glória e o dispositivo da burocratização escolar, operam a necessidade de percebermos que a compreensão das políticas educacionais e a práxis em educação, passam, necessariamente, por uma problematização dos dispositivos burocráticos. Desse modo, o problema consiste em estabelecermos uma possível crítica em torno dos instrumentos de regulação da gestão escolar responsáveis por fazer com que todo o corpo escolar reproduza toda uma lógica voltada apenas para os processos de desempenho avaliativo e de aprendizagem.

AGRADECIMENTOS

Este artigo é dedicado a nossos filhos Uriel, Marvin, Gaia e Felipe. Filhos estimados no amor e na esperança por um mundo melhor e mais digno.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002.
- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que Resta de Auschwitz**: o arquivo e a testemunha: homo sacer III. São Paulo: Boitempo, 2008.
- AGAMBEN, Giorgio. **O Reino e a Glória**: uma genealogia teológica da economia e do governo: homo sacer, II, 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2011.
- AGAMBEN, Giorgio. **Bartleby**: ou da contingência. Seguido de Bartleby o escrivão. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- AGAMBEN, Giorgio. **Altíssima pobreza**: regras monásticas e forma de vida: homo sacer, IV, São Paulo: Boitempo, 2016.
- AGAMBEN, Giorgio. **O tempo que resta**: um comentário à carta aos romanos. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- BARBOSA, Jonnefer Barbosa. **Limiares da Política e do Tempo na Filosofia de Giorgio Agamben**. 2012. 168 f. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC/SP, São Paulo, 2010.
- BARTOLOMÉ RUIZ, Castor. **Giorgio Agamben, liturgia (e) política**: por que o poder necessita da Glória? - DOI: 10.9732/P.0034-7191.2014v108p185. Revista Brasileira de Estudos Políticos, v. 108, p. 185-214, 30 jun. 2014.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Neoliberalismo e Subjetivação Capitalista. **Revista O Olho da História**, n. 22, abr., 2016.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, Paulo. **Professora Sim, Tia Não**. São Paulo: Editora Olho D'Água, 1997.

FREIRE, Paulo. **À Sombra desta Mangueira**. 15.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

GUATTARI, Félix. ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

KAZANTZAKIS, Nikos. **The Last Temptation of Christ**. New York: Simon & Schuster, 1960.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa**. O neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.

MILOVIC, Miroslav. Política do messianismo: algumas reflexões sobre Agamben e Derrida. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, v. 1, n. 14, p. 103-121, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/82986>. Acesso em: 20 mar. 2023.

NOVAIS, Melissa Mendes de. Reino e governo: notas sobre a teologia econômica em Giorgio Agamben. *Profanações*, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 133–160, 2016. DOI: 10.24302/prof.v3i1.1164. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/prof/article/view/1164>. Acesso em: 20 mar. 2023.

RIBEIRO, Darcy. Diálogos Impertinentes – Utopias - TV PUC, 29/08/1995. 1:41:56 - <https://youtu.be/Xp6VW1jwnRM> .

SEREJO, Lincon Sales. **Angelologia e burocracia na obra “O reino e a glória” de Giorgio Agamben**. *Rev. Interd. em Cult. e Soc. (RICS)*. v.4, p. 213-224, 2018. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/9588>. Acesso em: 16 out. 2023.

SOLIGO, Valdecir. SOLIGO, Marinez Gasparin. **Relações e Tensões entre Burocracia e Gestão Escolar**. *Pleiade*. v. 10, n.19, p. 44-52, 2016.

SOUSA, Edson Luís André de. VERONESE, Luciane Gheller. **Burocracia: a política da indiferença**. *Polis e Psique*. v.6, n.2, p. 87-108, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpps/v6n2/n6a06.pdf>. Acesso: 16 out. 2023.